

**Impressões da comunidade escolar sobre a Educação Integral na Rede Estadual de Ensino
em Vitória da Conquista - Bahia**

**Impressions of the school community on Comprehensive Education in the State Education
Network in Vitória da Conquista - Bahia**

Leandro Santos Prado
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Vitória da Conquista - Bahia

Ennia Débora Passos Braga Pires
Hilheno Oliveiral Miranda
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Itapetinga - Bahia

Resumo

O presente trabalho, ao dar voz à comunidade escolar, analisou suas impressões sobre a implementação da política de Educação em Tempo Integral baiana em cinco escolas estaduais de Vitória da Conquista, Bahia. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade escolar sobre as seguintes questões: o gerenciamento da política pública de Educação Integral da Bahia; a infraestrutura das escolas; a concepção de Educação Integral adotada pela Secretaria da Educação da Bahia (SEC/Ba); o currículo escolar adotado nas escolas pesquisadas; os condicionantes tempo escolar e espaço de aprendizagem; e, a posição da comunidade escolar frente a esta política educacional. Os resultados alcançados corroboram com a perspectiva de um descompasso entre a proposta de Educação em Tempo Integral implementada pela Secretaria Estadual da Educação-SEC/Ba e o cotidiano das escolas pesquisadas.

Palavras-chave: Educação; Educação em Tempo Integral; Educação baiana.

Abstract

This study, by giving voice to the school community, analyzed their impressions about the implementation of the Bahian Full-Time Education policy in five state schools in Vitória da Conquista, Bahia. Semi-structured interviews were conducted with members of the school community on the following issues: the management of the Bahian Full-Time Education public policy; the infrastructure of the schools; the concept of Full-Time Education adopted by the Bahia State Department of Education (SEC/Ba); the school curriculum adopted in the schools studied; the constraints of school time and learning space; and the position of the school community regarding this educational policy. The results obtained corroborate the perspective of a mismatch between the Full-Time Education proposal implemented by the State Department of Education-SEC/Ba and the daily life of the schools studied.

Keywords: Education; Full-Time Education; Bahian Education.

Introdução

A perspectiva de uma Educação em Tempo Integral na Bahia tem seu fundamento no pensamento do educador Anísio Teixeira desde as décadas de 1920 e 1930, que a defendia como meio de promoção e formação do cidadão, de tal forma que a aprendizagem se desse de modo integral, incentivando o estudante a explorar, questionar e construir conhecimentos de forma ativa.

A atual política pública de Educação em Tempo Integral da Bahia/Brasil teve início com a implementação do Programa de Educação Integral da Bahia (ProEi), no ano de 2014, em 96 escolas da rede estadual de ensino, na capital e interior do estado, por meio da portaria nº 249/2014 (Bahia, 2014a), editada pelo governo do Estado da Bahia.

O programa foi alterado com a sanção da Lei nº 14.359/2021 (Bahia, 2021) que instituiu o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira, regulamentando a Política de Educação em Tempo Integral no Estado da Bahia. Este programa visa atender a legislação vigente e traz uma perspectiva bastante ousada ao preconizar uma formação que abarque a totalidade do sujeito, com aprendizagens significativas, que integrem diferentes saberes, espaços educativos e uma maior integração curricular.

No Estado da Bahia, a Educação em Tempo Integral é abordada no Plano Estadual de Educação (PEE-Ba), Lei Estadual nº. 13.559/2016 (Bahia, 2016) de 11 de maio de 2016, em que se propõe oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das escolas públicas da Educação Básica, até o final do período de vigência deste PEE-Ba que é de uma década.

As estratégias traçadas pelo PEE-Ba estão em consonância com o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) vigente ao tratarem da Educação em Tempo Integral. Apresentam estratégias voltadas para o desenvolvimento pleno dos educandos, estabelecendo a ampliação de uma carga horária diária mínima de sete horas de atividades escolares que estão associadas à realização de tarefas recreativas, esportivas e culturais com acompanhamento pedagógico e práticas multidisciplinares.

O Plano Estadual fomenta a realização destas atividades escolares em diferentes espaços e com o uso de variados equipamentos educacionais, assim, rompem os limites da escola, além de estimular a oferta de atividades diversificadas com a participação de entidades da sociedade civil.

Ao traçarmos as rotas que norteiam este estudo, nos deparamos com diversas concepções acerca da Educação Integral. Cumpre observar que nos debruçarmos sobre as reflexões de Cavaliere (2007), ao identificar quatro concepções de Educação Integral que estão em evidência na educação pública brasileira: a perspectiva inicial aponta para uma concepção de caráter *assistencialista* da Educação Integral em que a escola deve amparar os desprotegidos socialmente. Seu objetivo não está na ampliação das possibilidades de aprendizagem e conhecimento, e sim na ocupação do tempo e na socialização dos educandos.

A segunda concepção descrita pela autora, aponta uma perspectiva *autoritária*, ao considerar que a extensão da jornada escolar, evita que crianças e adolescentes estejam expostos a situações de violência. Traz também uma concepção *democrática* que tem como objetivo a ampliação das possibilidades de formação cultural do estudante com o aprofundamento de conhecimentos com consequência da ampliação da jornada escolar.

Por fim, apresenta a concepção *multissetorial*, em que a proposta de Educação Integral não necessita estar centralizada na escola, pois compreende que a educação pode se fazer também em outros espaços, não sendo assim necessária a estruturação de uma escola de tempo integral.

Convém destacar que as concepções descritas anteriormente, ainda que de modo breve, cooperam para a apreensão das impressões da comunidade escolar sobre a implementação da política pública de Educação Integral implementada no município de Vitória da Conquista - Ba.

Ademais, ao tratar da Educação Integral é necessário estabelecer uma distinção entre a escola de tempo integral da educação integral de tempo integral. Frente a esta distinção, tomamos como referência neste estudo a terminologia Educação em Tempo Integral para nos referirmos à proposta empreendida pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/Ba), tendo em vista que esta volta-se à Educação Integral em jornada ampliada.

Metodologia

A metodologia de trabalho é compreendida aqui como o campo em que se buscam os melhores processos, lógicos ou científicos, a serem adotados em cada uma das áreas específicas para a produção do conhecimento (Tamasso; Horvath, 2023). O estudo tem caráter qualitativo o que permite dialogar e criar sentido ao fenômeno investigado de modo a observá-lo como realmente se apresenta.

Impressões da comunidade escolar sobre a Educação Integral na Rede Estadual de Ensino em Vitória da Conquista - Bahia

Uma pesquisa desenvolvida com abordagem qualitativa pode ser conduzida com a utilização de diferentes instrumentos de coleta de dados. Para este estudo utilizou-se como ferramenta as entrevistas semiestruturadas e a análise documental e bibliográfica.

Originário de uma pesquisa de mestrado, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), este estudo, ao dar voz à comunidade escolar, procurou analisar suas impressões sobre a implementação da política de Educação em Tempo Integral baiana em cinco escolas da rede estadual de ensino de Vitória da Conquista, Bahia.

O município de Vitória da Conquista é a terceira maior cidade do Estado da Bahia, localizada na região Sudoeste, com uma população estimada em 394.024 habitantes, segundo dados de 2024 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹. O município exerce grande influência em uma macrorregião que abrange cerca de 80 municípios baianos e mais dezesseis cidades do Estado de Minas Gerais.

A cidade se destaca no setor educacional com uma diversificada rede de ensino que conta com instituições públicas e privadas que se estendem da Educação Básica ao Ensino Superior. O *lócus* deste estudo foi delimitado a cinco unidades escolares da rede estadual de ensino sob gestão da Secretária Estadual da Educação (SEC/Ba) em que o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira foi implementado.

Estas unidades escolares estão localizadas em espaços geográficos distintos, sendo duas na área central, duas nas zonas leste e oeste e uma na área rural da cidade. Após a implementação do Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira a estrutura física destas unidades de ensino foram adaptadas às demandas da educação em tempo integral.

Durante as visitas às escolas foi possível observar que apenas uma destas unidades possuía condições de infraestrutura favoráveis para a Educação em Tempo Integral, outras três estavam passando por reformas e uma, aguardando obras de ampliação e adequação dos espaços.

As escolas possuem um número variado de alunos matriculados de acordo com a capacidade física de cada unidade. Foram convidados a participar deste estudo alunos de turmas do 3º ano do Ensino Médio, considerando o maior tempo de estudos nesta modalidade de ensino. A faixa etária dos estudantes está entre 15 e 18 anos de idade. Em sua grande maioria, residem próximo às escolas e possuem diferentes perfis socioeconômicos.

O corpo docente é formado por professores habilitados na área em que atuam e em sua grande maioria são efetivos da rede estadual de ensino. Assim como entre os estudantes, foram convidados a participar do estudo, professores com maior tempo de regência em turmas de Educação em Tempo Integral.

Todas as unidades escolares possuem coordenadores pedagógicos que atuam diretamente no processo de ensino-aprendizagem. Os gestores destas unidades são oriundos do corpo docente, exercendo a função a partir de eleições diretas ou por meio de nomeação da SEC/Ba.

Com o intuito de conferir confiabilidade ao estudo e atendimento às questões éticas, a proposta de investigação foi previamente submetida à apreciação do Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), obtendo parecer favorável à sua realização.

Os preceitos éticos da pesquisa científica foram rigorosamente observados, tendo as visitas às unidades escolares e entrevistas semiestruturadas sido previamente agendadas. Todos os participantes do estudo tomaram ciência do título da pesquisa, de seus objetivos, da garantia do anonimato, da fidelidade e uso das informações, firmando Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). E, para resguardar as unidades escolares envolvidas no estudo, neste trabalho, foram identificadas numericamente em ordem crescente de um a cinco.

Os participantes do estudo representaram quatro segmentos da comunidade escolar, sendo: cinco gestores, cinco professores, quatro coordenadores pedagógicos e cinco estudantes, todos identificados, neste trabalho, por pseudônimos.

As entrevistas foram realizadas nas dependências das unidades escolares de modo individualizado em ambientes reservados. Tomamos como estratégia de trabalho a gravação das entrevistas em arquivos de áudio que, posteriormente, foram transcritas sem o auxílio de software.

Os dados empíricos obtidos foram submetidos à análise de conteúdo, a partir do que prescreve Bardin (2020). Durante as transcrições foram asseguradas a fidelidade das informações prestadas pelos participantes o que possibilitou uma pré-análise dos dados.

A exploração das entrevistas nos possibilitou a construção de um quadro com a identificação de cada um dos segmentos participantes do estudo e seus relatos, agrupando-

os em unidades menores. A partir de então, rastreamos os temas recorrentes nas entrevistas e mais comuns a cada grupo de entrevistados. Esta estratégia de trabalho nos permitiu organizar categorias temáticas analisadas mais à frente.

O tratamento dos dados se deu por meio do cruzamento de informações prestadas pelos depoentes, buscando encontrar similaridades, divergências e eventuais contradições em suas falas. A interpretação dos resultados foi feita ao estabelecer um diálogo entre o referencial bibliográfico e documental adotado neste estudo e as narrativas dos entrevistados.

Dessa forma, ao dar voz à comunidade escolar sobre a implementação da Política de Educação em Tempo Integral, o estudo analisa e discute as impressões dos participantes sobre as seguintes questões: o gerenciamento da política pública de Educação Integral da Bahia; a infraestrutura das escolas (ou a sua falta) em que o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira foi implementado; a concepção de Educação Integral adotada pela Secretaria da Educação da Bahia (SEC/Ba) ao formular seu programa de Educação em Tempo Integral; o currículo escolar adotado pelo Programa; os condicionantes tempo escolar e espaço de aprendizagem; e a posição da comunidade escolar frente ao Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira.

A Educação em Tempo Integral na perspectiva da comunidade escolar

O gerenciamento da política pública de Educação Integral da Bahia

A análise dos documentos legais que sustentam a Política Pública de Educação em Tempo Integral na Bahia, como a Portaria nº 249/2014 (Bahia, 2014a) que criou o ProEi, o Documento Orientador (Bahia, 2014b) que norteia suas práticas e posteriormente a Lei nº 14.359/2021 (Bahia, 2021), que instituiu o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira, bem como o referencial bibliográfico selecionado para este estudo, apontam para a centralidade Estado na formulação e gestão desta política pública.

Compreende-se neste estudo que política pública é um conjunto de decisões e não uma decisão isolada. Neste sentido, a Política Pública de Educação Integral da Bahia, possui caráter “estadocêntrica”, que compreende a preponderância do Estado no processo de tomada de decisões no que se refere às políticas públicas educacionais, pois, como afirma Secchi; Coelho; Pires (2020, p. 3), “a abordagem estadocêntrica considera as políticas

públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais. [...] o que determina se uma política é ou não ‘pública’ é a personalidade jurídica do ator protagonista”.

A caracterização de política pública estadocêntrica demonstra uma maior aproximação com o modelo adotado pela SEC/Ba, considerando seu papel decisório na formulação e implementação do programa de Educação Integral do estado.

Diante desta questão, nos deparamos com os seguintes relatos:

Do meu conhecimento só a gestão. Não houve discussão com a comunidade escolar (Gestora Ana, 2022)ⁱⁱ.

Não houve nenhuma discussão, na verdade quando chegaram aqui, já chegaram com tudo pronto. O programa foi implantado sem nenhuma discussão. Foi uma decisão de cima para baixo. Não houve discussão com a escola (Gestora Claudia, 2022).

A direção do NTE 20ⁱⁱⁱ me perguntou se eu queria um desafio, que era implantar o tempo integral aqui no colégio. Era uma escola que não tinha mais o vespertino e noturno, estava com uma quantidade menor de alunos. [...]. Não foi assim, chegou e virou tempo integral, não! Aqui a gente consultou, houve uma consulta. A gente fez uma reunião com os alunos, pais e professores e uma coordenadora do NTE, para explicar como esse projeto funcionava. Então um mês depois que se implantou o projeto na escola do tempo integral (Gestora Flávia, 2022).

Os relatos dão conta que a fase de implementação do programa nas escolas pesquisadas não foi discutida com a comunidade escolar. Os gestores foram bastante enfáticos em afirmar que esse processo se deu inteiramente sob gestão da SEC/Ba. A gestora Flávia inclusive relata que foi desafiada a implantar o programa na unidade escolar em que atua, por isso, tomou para si a responsabilidade de discutir com os pais a questão. Somente em um segundo momento, houve a participação de uma das coordenadoras do Núcleo Territorial de Educação 20 (NTE/20) para apresentar o projeto. Sinaliza que a escola estava com um número reduzido de alunos, funcionando em apenas um único turno e que possuía um espaço físico disponível. Tal situação nos pareceu elemento determinante para que a escola fosse inserida no programa.

Observa-se então que, do ponto de vista organizacional, a implementação do programa de Educação em Tempo Integral nestas escolas não contou com nenhum parecer técnico, participação social ou mesmo da comunidade escolar, reforçando assim o caráter centralizador do Estado na gestão do programa.

A Educação Integral, enquanto política pública, é um desejo da população brasileira há muito tempo. Almeja-se uma escola pública que ofereça uma formação mais ampla e capaz de ressignificar suas práticas pedagógicas. A esse respeito, Moll et al. (2021, p. 4) contribuem ao afirmar:

Quando falamos de Educação Integral, apontamos para uma formação humana nas diferentes dimensões do sujeito, sempre como um horizonte utópico para o qual caminhamos. Não dá para dizer que o currículo possa abarcar tudo, pois as possibilidades humanas são infinitas, e o currículo é sempre em recorte, mas pode-se falar na busca constante pelo desenvolvimento das diferentes dimensões humanas, tendo a ampliação do tempo como uma condição para a sua realização.

A Educação em Tempo Integral, enquanto política pública educacional, está imbricada em uma rede de responsabilidades, de modo que o poder público não pode se furtar a ouvir todos que a compõem, em especial a comunidade escolar, desconsiderando suas aspirações e seu envolvimento nas diversas fases que a constituem, conforme discussão anterior.

Ao nos debruçarmos sobre a Portaria nº 249/2014 (Bahia, 2014a), que à época regulamentava o Programa de Educação Integral da Bahia (ProEi), não encontramos nenhuma menção à participação social em sua formulação. O único espaço resguardado à comunidade escolar restringia-se à participação na construção do Projeto Político Pedagógico da escola, momento este que não se constitui como espaço de debate e contribuição para a formulação desta política pública.

A infraestrutura das escolas (ou a sua falta) em que o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira foi implementado

Associado à questão da implementação do Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira, consideramos necessário também tratar da infraestrutura das unidades escolares, considerando a parte física (salas de aula, espaços de leitura, laboratórios, áreas comuns, refeitórios e demais espaços) e os recursos necessários às atividades pedagógicas.

Partindo da premissa de que a Educação em Tempo Integral está voltada ao desenvolvimento do educando em todas as suas dimensões — intelectual, física, emocional, social e cultural — a escola se revela como espaço em que as principais experiências educativas se concretizam, por isso, necessita de ambientes adequados a este propósito.

As visitas às escolas nos possibilitaram observar que funcionam em prédios próprios da SEC/Ba e que a grande maioria das atividades pedagógicas são desenvolvidas dentro do

espaço escolar. Abordamos este tema com os estudantes, professores e coordenadores pedagógicos buscando relacioná-lo às demandas da Educação em Tempo Integral. Sobre isso, obtivemos os seguintes relatos:

Não atende de jeito nenhum, ela (escola) tinha que ser totalmente reformulada para que pudesse atender a Educação Integral. São necessidades específicas. Os espaços de convivência, praticamente não existem. Há uma carência de um refeitório adequado para que os alunos possam fazer as refeições. (Professora Fernanda, 2022).

É uma Educação Integral, mas ainda como o mesmo modelo, mesmo padrão que a gente tinha com a escola regular. A ausência de uma infraestrutura adequada prejudica os avanços (Coordenador Matheus, 2022).

Os relatos obtidos estão alinhados e sinalizam que a Educação em Tempo Integral possui necessidades específicas que demandam, por sua vez, ambientes e recursos diferenciados, pois não se pode resumir a Educação em Tempo Integral somente ao espaço da sala de aula, visto que as atividades práticas e extracurriculares enriquecem e solidificam o aprendizado.

Este aspecto foi reforçado pela coordenação pedagógica da escola “03” que enfatizou a inexistência de ambientes adequados na escola, o que equipara a Educação em Tempo Integral à escola de tempo parcial. A depoente ratificou que, ao oferecer possibilidades de aprendizagem além do ensino tradicional, os estudantes passam a ter maior interesse em permanecer por mais tempo na escola.

Somente em uma das cinco unidades escolares pesquisadas foram encontradas condições de infraestrutura mais adequadas à Educação em Tempo Integral, como relata a professora:

Nessa escola aqui, especificamente, atende sim. A estrutura do colégio é muito boa, temos um bom auditório, com uma grande tela, com ar condicionado, aparelhagem de som muito boa para apresentações musicais, uma boa biblioteca que, inclusive, é uma biblioteca pública. A escola tem um laboratório, tem internet, tem uma grande área externa de convivência, além de material, mesa, cadeira, notebook para os professores, data show, tv, etc. Nestes termos, a escola é muito bem servida (Professora Sônia, 2022).

Aos gestores, o questionamento foi direcionado sobre os investimentos realizados pela SEC/Ba na infraestrutura das escolas para que o Programa fosse implementado.

A esse respeito, foram obtidas as seguintes narrativas:

Impressões da comunidade escolar sobre a Educação Integral na Rede Estadual de Ensino em Vitória da Conquista - Bahia

As escolas que entraram em 2014 pelo ProEi não receberam nenhum recurso ou orientação para reestruturação da rede física. Foi mantida a estrutura original da escola (Gestora Ana, 2022).

A Educação em Tempo Integral foi implantada na escola e não teve nenhuma mudança estrutural. Agora que estão fazendo a ampliação, mas nada especificamente para atender a educação integral (Gestora Cláudia, 2022).

A discussão com os gestores converge no mesmo sentido, apontando a carência de investimentos na infraestrutura das escolas. É pertinente destacar que as escolas investigadas apresentam condições infra estruturais e materiais diferentes, como sinaliza o relato da professora Sônia (pseudônimo) ao afirmar que a escola dispunha de condições adequadas à Educação em Tempo Integral.

É necessário relatar que dentre as cinco unidades escolares visitadas, três delas estão passando por obras de ampliação e adequação de espaços. A quarta escola, segundo aponta a equipe gestora, passará por obras de requalificação com a construção de uma quadra poliesportiva e um refeitório, tendo seu processo licitatório já deflagrado pela SEC/Ba.

A concepção de Educação Integral adotada pela SEC/Ba ao formular o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira

Não há um consenso entre os estudiosos do tema em torno do conceito de Educação Integral, mas diversas concepções e práticas de educação integral, como bem diz Araújo; Souza; Guimarães (2024, p. 10), ao afirmar que “a educação integral surge como um espaço de aprendizagem e a consecução da formação de jovens autônomos, para além de uma formação fragmentada. Mas de uma formação que seja apreendida em toda a sua plenitude”.

Ao levarmos em consideração que a concepção de Educação Integral determina em grande parte os rumos do Programa, convidamos os participantes do estudo a dialogarem também sobre este ponto, de modo que foram apresentadas as seguintes ponderações:

O Programa de Educação Integral da Bahia entende que a Educação Integral abrange um leque de oportunidades para o estudante. Quando ele (o aluno) passa mais tempo na escola e trabalha com disciplinas como Projeto de Vida e Práticas Integradoras, ele está se preparando para o mundo do trabalho e para sua vida em sociedade (Gestor Paulo, 2022).

É uma concepção que vai valorizar o estudante, que vai ter a possibilidade de se alimentar melhor. Porque muitos não têm essa condição, a gente sabe a realidade do nosso aluno, em especial, aqui na Bahia.... vai tirar o menino da rua (Gestora Ana, 2022).

As informações prestadas pelos gestores mostram um distanciamento da concepção de Educação em Tempo Integral adotada pela SEC/Ba ao formular o ProEi, considerando que o Programa tem como proposta a formação multidimensional do estudante em todos os aspectos do processo de ensino-aprendizagem. As proposições apresentadas pelos gestores, limitam-se às questões de caráter social e, até mesmo, assistencialista.

A percepção dos coordenadores pedagógicos toma sentido oposto ao destacado pelos diretores, apresentando uma compreensão da concepção de Educação Integral do ProEi mais alinhada à proposta almejada pela SEC/Ba em que se valoriza a formação humana dos estudantes.

A concepção de acolher o aluno na sua totalidade, em todos os seus aspectos: cultural, social, artístico e emocional. A escola em tempo integral veio para dar esse corpo ao aluno, com todas as suas vertentes (Coordenador Bruno, 2022). É uma educação mais humanizada, mais de valorização do ser, de escutar o outro, de trazer o outro para mais perto. Não é ver no outro um indivíduo que aprende português ou matemática, mas um ser que consegue compreender o conhecimento (Coordenador Matheus, 2022).

É possível inferir que a concepção de Educação em Tempo Integral assinalada pelos professores traz um entendimento distinto dos demais. É marcada pela percepção de um modelo educacional voltado apenas à ampliação da carga horária que deve ser cumprida pelos alunos. Os aspectos voltados a uma formação ampla dos estudantes, princípio da Educação Integral, não foram mencionados, como se vê no relato, a seguir:

A concepção inicial era de um ensino que possibilitasse um acompanhamento direto do professor aos alunos, investimento na escola, em capacitação docente e reformas na escola. Na prática não houve reforma dos espaços, não houve a implementação das oficinas necessárias para que o aluno se sentisse atraindo a permanecer na escola e acabou acontecendo o que? Voltamos para o ensino tradicional. O ensino tradicional imperou! (Professor Matheus, 2022).

Os estudantes revelam uma compreensão da temática bastante alinhada à posição assumida pelos professores, em que predomina apenas a ampliação da jornada escolar nas escolas. Sinalizam um processo de ensino-aprendizagem restrito apenas à inserção de novos componentes curriculares a parte diversificada da grade curricular e que não dialogam com as demais áreas do conhecimento, tendo seu sentido esvaziado.

É uma educação no dia inteiro, ao contrário das escolas normais que é só de cinco horas. É uma educação de tempo estendido, que envolve um número

Impressões da comunidade escolar sobre a Educação Integral na Rede Estadual de Ensino em Vitória da Conquista - Bahia

maior de matérias e que busca novos meios de aprendizagem para a gente (Estudante Felipe, 2022).

As narrativas apresentadas até então são significativas e chamam a atenção para as divergências entre a proposta desenhada pela SEC/Ba e o funcionamento do Programa nas unidades escolares. O documento que normatiza o ProEi, na fase inicial de implementação da Educação em Tempo Integral na Bahia, vai ao longo do seu texto, dando indicativos da concepção que norteia o Programa, tais como: “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Bahia, 2014b, p. 6). Tal documento propõe ainda que “a escola pública cumpra seu papel de formar cidadãos críticos, políticos, em sua totalidade e com a devida efetividade, eficiência e eficácia” (Bahia, 2014b, p. 11). Uma educação que se define “multilateral e multidimensional” (Bahia, 2014b, p. 13). “Uma formação para além da leitura, da escrita e da realização de cálculos matemáticos, mas para formar indivíduos cômicos de sua inserção e participação social” (Bahia, 2014b, p. 14).

Ao analisarmos o referencial bibliográfico que norteia a proposição da SEC/Ba ao formular seu programa de Educação em Tempo Integral percebe-se a intenção de ofertar uma formação ampla aos seus estudantes, como aponta as reflexões de Guará (2006, p. 16) para sustentar a concepção de Educação Integral do ProEi:

A concepção de educação integral que a associa à formação integral traz o sujeito para o centro das indagações e preocupações da educação. Agrega-se à ideia filosófica de homem integral, realçando a necessidade de desenvolvimento integrado de suas faculdades cognitivas, afetivas, corporais e espirituais, resgatando, como tarefa prioritária da educação, a formação do homem, compreendido em sua totalidade.

Entretanto, as informações aferidas até aqui são bastante reveladoras e indicam uma série de discrepâncias entre a proposta de Educação em Tempo Integral firmada pela SEC/Ba e o cotidiano escolar, sinalizando inclusive a equiparação do Programa ao ensino regular de tempo parcial em diversos momentos.

O currículo escolar adotado pelo Programa

À vista de uma perspectiva educacional voltada à educação integral/formação integral, não se pode deixar de observar a necessidade de uma organização curricular adequada à

proposta de Educação em Tempo Integral. Assim, ainda que de modo muito breve, é necessário apresentar uma discussão sobre currículo escolar.

Ao discutir a amplitude do conceito de currículo escolar, Saviani (2024, p. 16) aponta que:

O currículo seria organizado em função das atividades nucleares da escola, isto é, aquelas atividades ligadas ao processo de transmissão-assimilação dos conhecimentos sistematizados. Essas seriam as atividades curriculares propriamente ditas. E aqueles aspectos de caráter secundário comporiam o campo extra curricular e seriam contemplados na medida em que poderiam auxiliar no desenvolvimento daquilo que é o principal.

As proposições do autor nos levam a considerar a amplitude do conceito de currículo escolar, pois compreendemos que ele abarca tudo que acontece na escola com um enorme grau de complexidade. Diante de tal constatação, estimulamos os participantes deste estudo a apresentarem suas impressões sobre a questão.

Ampliou-se o tempo, mas as práticas pedagógicas continuam as mesmas do período regular, até porque esse modelo de educação integral veio para ser posto em prática na escola, mas não houve um trabalho, um preparo, uma discussão com a comunidade (Professora Fernanda, 2022).

Verifica-se, deste modo, que a questão curricular no cotidiano das escolas ficou restrita à mera inserção de novos componentes à sua matriz curricular, tendo a carga horária diária oscilando entre sete e nove horas/aula.

É importante registrar que os novos componentes curriculares foram apresentados à comunidade escolar, em especial, aos professores, de modo extremamente superficial e aligeirado, com ementas curtas e subjetivas a serem executadas pelas escolas.

Não se observou por parte da SEC/Ba o suporte adequado às unidades escolares como a formação necessária para que os professores atuassem nestes novos componentes curriculares e a oferta de material de apoio pedagógico. O relato apresentado pelo professor dá conta que os próprios docentes ficaram incumbidos de produzir material de apoio pedagógico para que pudessem lecionar com maior segurança.

A questão curricular foi discutida pelos coordenadores pedagógicos, que se posicionaram da seguinte maneira:

Impressões da comunidade escolar sobre a Educação Integral na Rede Estadual de Ensino em Vitória da Conquista - Bahia

A escola tem tentado desenvolver um trabalho em equipe, envolvendo os professores das áreas para que a gente dê conta de contemplar o que a proposta de educação integral, que é justamente trazer este ser (aluno) como um todo para o processo educacional (Coordenador Bruno, 2022).

Os coordenadores reforçam a descontextualização dos novos componentes curriculares inseridos na parte diversificada em disciplinas da base comum. Dessa forma, eles acabam por romper com princípios importantes da Educação em Tempo Integral como a formação multidisciplinar e a integralização curricular.

A questão curricular também foi discutida com os alunos, que manifestaram percepções distintas, como se vê nos depoimentos.

*Nem os professores estavam capacitados para as matérias novas que chegaram. Os professores não sabem muito bem o que eles estão explicando e aí a gente não aprende direito o que eles querem passar (Estudante Felipe, 2022).
Eu acho que muitas destas nove matérias são desnecessárias! São coisas que a gente de certa forma aprende em casa, na rotina, fora da escola. As atividades acabam ficando repetitivas e cansativas. Eu acho que deveria abrir outras formas de ensino, por exemplo Educação Monetária. Formas de ganhar dinheiro, que é uma coisa importante e a gente não tem aqui (Estudante Kátia, 2022).*

O relato dos alunos é bastante significativo e expressam a pouca efetividade dos novos componentes curriculares, considerando-os repetitivos e dispensáveis, demonstrando aspirações por conhecimentos novos e voltados à empregabilidade. Sinalizam também a dificuldade do professor em lecionar um conteúdo que desconhece e que não dispõe de recursos necessários para auxiliá-lo.

O currículo escolar se constitui como eixo central de um programa educacional e não poderia ser diferente com a Educação em Tempo Integral. Ao tratar desta questão, a SEC/Ba reserva espaço no Documento Orientador de seu programa, apresentando seu intuito com a “ressignificação da práxis pedagógica docente por meio de um currículo pautado na formação humana integral dos educandos, organizando e estruturando um currículo integrado em que as aulas sejam interdisciplinares, multidisciplinares, pluriculturais” (Bahia, 2014b, p. 18).

Entretanto, é preciso se manter atento ao que é prescrito nos documentos emitidos pela SEC/Ba e o que de fato é observado no cotidiano escolar. Dito isso, ao relembrarmos a posição de Reis (2022), no que tange à democratização dos conhecimentos e à socialização

das informações, pois contempla uma visão de formação integral que, neste estudo, estamos defendendo no seu entrelaçamento a uma perspectiva crítico-emancipadora.

Ao agregarmos a este debate a escuta atenta dos professores, coordenadores pedagógicos e alunos sobre a questão em pauta, encontramos mais pontos divergentes entre a proposição apresentada pela SEC/Ba e a concretização do currículo na prática escolar. É responsabilidade da SEC/Ba abrir canais de diálogo com a comunidade escolar para que se construa um currículo escolar alinhado às perspectivas da Educação em Tempo Integral. O Estado não pode se furtar a fornecer as condições necessárias para que sua própria proposta educacional seja implementada de modo coerente.

Os condicionantes tempo escolar e espaço de aprendizagem

A discussão sobre o currículo escolar nos leva também a refletir sobre o tempo escolar e o espaço de aprendizagem em que as atividades pedagógicas são desenvolvidas, dado que estas se dão em tempo integral.

Para tanto, reforçamos a compreensão de que educação integral e tempo integral, embora tratadas, em diversos momentos, como sinônimo, trazem significados diferentes, pois a concepção de educar integralmente volta-se à formação humana, enquanto que o tempo integral remete ao aumento quantitativo da jornada diária de atividades escolares.

As estratégias traçadas nos Planos Nacional e Estadual de Educação sinalizam que a escola coordene ações durante um período mínimo de sete horas em diferentes espaços, a fim de desenvolver atividades multidisciplinares, culturais e esportivas. Considerando, assim, o uso de diferentes espaços públicos, como os culturais, esportivos e comunitários, as bibliotecas e praças, os parques, museus, teatros, cinemas e planetários.

Ao tratar do cumprimento da carga horária mínima de atividades diárias, bem como do uso de variados espaços de aprendizagem, a SEC/Ba propõe “integrar saberes a partir da articulação com outras instituições sociais e socializadoras, como a família, a igreja, as bibliotecas, os museus, os clubes esportivos, as organizações sociais e outros tantos espaços de aprendizagem” (Bahia, 2014b, p. 33).

A fim de averiguar como as escolas integrantes deste programa lidam com os condicionantes tempo integral e espaço de aprendizagem ao desenvolver suas ações, foram considerados os seguintes relatos:

Impressões da comunidade escolar sobre a Educação Integral na Rede Estadual de Ensino em Vitória da Conquista - Bahia

Na parte do ensino, não temos aula fora da sala, isso torna vir para a escola uma, obrigação, uma rotina muito cansativa. O que não acontece é que nada mudou (Estudante Antônio, 2022).

O horário que a gente entra é muito cedo. Ficamos o dia inteiro e ainda tem atividades para fazer em casa. O pior é sempre ficar dentro da sala de aula, sempre a mesma coisa, todo dia, chega a ser claustrofóbico ficar dentro daquela sala o dia inteiro. Tem dias que a última coisa que eu quero fazer é entrar na sala de aula. Me sufoca! (Estudante Kátia, 2022).

Frente aos relatos, tem-se, então, a descrição de atividades restritas à sala de aula e ao espaço escolar. Relatam que esta prática é rotineira e enfadonha, causando um cansaço muito grande, além de um desestímulo à participação nas aulas, frustrando assim, suas expectativas. Chama a atenção o estado de inquietude de uma das estudantes entrevistadas ao relatar o sentimento claustrofóbico em permanecer na escola, situação que em nada se assemelha ao propósito da Educação em Tempo Integral.

Durante as visitas às escolas e ao mantermos um diálogo com a comunidade escolar atestamos que as atividades de caráter pedagógico são realizadas dentro das dependências das escolas e que o uso de outros espaços de aprendizagem é fruto de ações pontuais, desenvolvidas de forma esporádica por iniciativa dos próprios professores. Também não foi possível identificar nenhuma ação fomentada por parte da SEC/Ba que indicasse parcerias com qualquer entidade social de modo a facilitar o acesso a outros espaços de aprendizagem.

A posição dos coordenadores em torno da questão é bastante semelhante à dos alunos ao apontarem que:

Nossa escola só tem a sala de aula! O ambiente é o mesmo, não proporciona um espaço adequado para ser desenvolvida todas as habilidades que são esperadas. Nos falta uma quadra, um refeitório, a gente não tem banheiros adequados, não tem laboratórios... Enfim, para que todas essas dimensões do aprendizado sejam desenvolvidas, ainda há muito o que se fazer. É uma educação integral, mais ainda como o mesmo modelo, mesmo padrão do ensino regular (Coordenadora Júlia, 2022).

A aceitação dos alunos é bem complexa, eles não aceitam muito bem ficar na escola o dia todo. Agora que nossa quadra vai ser construída para que a gente possa atender os alunos nos aspectos que a educação em tempo integral pede. A parte artística, que é uma coisa que a gente tem que pensar, por que tem Linguagens Artísticas que trabalha as quatro vertentes da arte, mas a gente vai trabalhar onde??? (Coordenador Bruno, 2022).

O posicionamento dos coordenadores pedagógicos destaca que os espaços das escolas, por conservarem a estrutura de uma escola regular, são limitados e não favorecem a

realização das atividades características da Educação em Tempo Integral. Apontam também que as escolas passaram por um processo de ampliação da carga horária, o que efetivamente não se traduziu em uma formação integral dos seus estudantes.

Merece destaque a constatação de que as carências no espaço escolar e o uso do tempo de modo muito semelhante à escola regular causam grande resistência nos alunos em permanecerem na escola.

Ao aguçarmos nosso olhar para as relações que envolvem o tempo escolar e os espaços de aprendizagem utilizados no cotidiano das escolas estudadas, observamos que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que sejam oferecidas oportunidades de aprendizagens mais significativas e alinhadas com a proposta da Educação em Tempo Integral.

As escolas, objeto deste estudo, ofertavam anteriormente o ensino regular em turnos parciais de funcionamento, tendo sua estrutura voltada a este fim. Assim, transformar estes espaços, tradicionalmente compartimentados em estruturas adaptadas às necessidades da Educação em Tempo Integral não é tarefa das mais fáceis.

Frente a questão, os professores se posicionaram da seguinte maneira:

*Não houve ampliação dos espaços de aprendizagem, a gente ainda está preso aos muros da escola. O que houve foi a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola. A educação é integral, mas aqui a gente está pensando em tempo, apenas! A gente tem que pensar a educação integral não só no tempo, mas a formação integral do indivíduo. Quanto a escola poderia contribuir com a formação geral dele abrangendo as múltiplas inteligências, então, penso que a educação integral deveria abraçar essas possibilidades e, ao meu ver, não faz **(Professora Fernanda, 2022)**.*

*Infelizmente a gente ainda continua naquele método tradicional da lousa, do pincel, do livro didático, da atividade no caderno. É muito pouco para uma proposta de educação integral. Na questão da aprendizagem, cansa muito o aluno A forma de abordar esta educação integral, continua extremamente tradicional. É o dia inteiro com isso! **(Professora Luana, 2022)**.*

As declarações sobre o tema são bastante enfáticas e corroboram as posições apresentadas anteriormente ao discutirem a questão, visto que reafirmam que o Programa está voltado apenas à ampliação da carga horária, sem promover adequações na infraestrutura e não criar meios para que outros espaços de aprendizagem possam ser utilizados.

É preciso superar a visão educacional centrada nos recursos pedagógicos-didáticos da escola em prol de uma perspectiva que reconheça outros espaços educativos na cidade. Entende-se, portanto, que as vivências em outros espaços educacionais são indispensáveis e promovem uma formação cada vez mais ampla do educando em tempo integral.

Trazer à tona essa discussão, em especial ao considerar inquietações legítimas dos participantes deste estudo, nos faz reafirmar a crença de que um maior tempo dedicado às atividades escolares e o uso de espaços de aprendizagem variados e significativos é passo essencial para a formação do educando em suas múltiplas dimensões.

É oportuno que a SEC/Ba, ao traçar as metas e diretrizes de seu programa de Educação em Tempo Integral, ressignifique a relação tempo/espaço utilizando de modo mais eficiente os próprios espaços escolares, além dos demais citados anteriormente.

Posição da comunidade escolar frente ao Programa Baiano de Educação Integral **Anísio Teixeira**

Para concluirmos, indagamos os participantes deste estudo se a escola em que atuam/estudam oferecem de fato Educação Integral em Tempo Integral. De modo que obtivemos as seguintes considerações:

Não, a gente não recebe uma educação diferente do que a gente já tinha, eu não vejo diferença. Por que é aquela coisa, a gente não tem cursos, atividades extras. A gente não tem aulas de dança, de teatro, por exemplo. Então, mesmo que seja integral eu não vejo diferença nenhuma (Estudante Kátia, 2022).

Na verdade, a gente tem uma educação regular, ou convencional, eu prefiro o termo convencional. A gente ampliou o número de disciplinas, mas a concepção em si ainda não mudou. Eu quero também destacar a necessidade de que haja um suporte para que esse aluno permaneça o dia todo na escola (Professora Carla, 2022).

Ainda não! Eu acho que a gente ainda está bem no início, há toda uma questão de mudança, mudança de mentalidade, de postura, de formas de ensinar e aprender. A gente precisa desapegar do nosso modo de como a gente aprendeu para que a gente possa fazer valer essa educação que está aí, que é uma educação integral, uma proposta de educação integral que a gente tem que tornar viável (Coordenador Caio, 2022).

Na minha opinião a gente ainda precisa melhorar mais em algumas questões para que pudesse ter de fato uma educação integral, principalmente nas questões estruturais como uma quadra poliesportiva, uma biblioteca, refeitório e outros espaços. Estamos muito presos à questão do tempo! É sempre bom buscar aperfeiçoamento e capacitação. Não só direção e coordenação, mas também os professores. (Gestora Ana, 2022).

As declarações, apesar de serem fruto de olhares distintos da comunidade escolar e retratarem a realidade de escolas diferentes, são bastante semelhantes e enfáticas em afirmar que as unidades escolares em que atuam e/ou estudam não estão ofertando uma Educação em Tempo Integral, quando muito ainda estão trilhando um caminho em busca desta integralidade educativa.

O distanciamento dos princípios da Educação Integral, característica comum em diversos programas educacionais desenvolvidos ao longo de nossa história, é fator determinante para o comprometimento de seus resultados.

Considerações finais

Ao dialogarmos com os atores sociais que compõem a comunidade escolar, reconhecendo-os como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas, suas vozes tomam corpo e ampliam em muito a compreensão do fenômeno estudado.

O lócus em que se realizou este estudo é bastante representativo, compreendendo todas as unidades escolares que ofertam o Programa no município. É formado por escolas que apesar de compor a mesma rede de ensino, possuem muitos elementos que as individualizam.

À vista disso, nos chama a atenção que os relatos dos participantes do estudo apesar de partirem de escolas distintas encontram-se alinhados sem apresentar contradições ou divergências significativas.

Observamos que o governo do Estado Bahia centralizou por meio da SEC/Ba a formulação e gestão do programa de Educação Integral baiano, descaracterizando-o enquanto política pública. Ao longo da investigação, constatamos também que a infraestrutura das escolas e os investimentos necessários ainda estão muito aquém das demandas da Educação em Tempo Integral.

Somado a estas questões observa-se uma compreensão bastante difusa por parte dos segmentos ouvidos da comunidade escolar acerca da concepção de Educação em Tempo Integral e quais são os objetivos deste Programa, o que certamente impacta em seus resultados.

A SEC/Ba propõe o emprego do currículo integrado como meio para a construção de conhecimentos diversos, com experiências contextualizadas e significativas de modo a possibilitar aos estudantes uma compreensão crítico-reflexiva de si próprios e do seu mundo.

Todavia, assevera-se aqui a posição de que é determinante romper o isolamento das ações pedagógicas e manutenção de um currículo fragmentado, marcado apenas pela ampliação do tempo de permanência do estudante na escola.

Para um melhor entendimento, ao analisarmos a base legal e as normativas que sustentam o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira percebe-se que em alguns aspectos houve uma intencionalidade da SEC/Ba em aproximar-se da concepção democrática (Cavaliere, 2007) de Educação Integral.

Entretanto, as impressões da comunidade escolar acerca da política pública de Educação em Tempo Integral baiana tornam evidente que a proposta empreendida pela SEC/Ba ainda não alcançou o propósito de ofertar a seus estudantes uma prática educacional diferente da escola de tempo parcial.

Há limitações neste trabalho, sobretudo, ao analisar uma política pública educacional tão dinâmica, mas ratificamos que as vozes que ecoaram estão entrelaçadas e, em certa medida, formam um ciclo de causa e efeito que são determinantes para o afastamento de práticas educativas de fato integrais.

Referências

ARAÚJO, Daiane; SOUZA, Marciana; GUIMARÃES, Kátia. A implementação da educação integral em tempo integral no contexto brasileiro: uma revisão da literatura. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 17, n. 5, p. 66-87, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.5-052. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/6687>. Acesso em: 1 set. 2025.

BAHIA. Secretário de Educação. **Lei nº 14.359 de 26 de agosto de 2021**. Institui o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira, e dá outras providências. Salvador, Bahia, 2021. Disponível em: https://forcainvicta.com.br/wp-content/uploads/2021/08/doe_2021-08-27_completo.pdf. Acesso em: 17 jan. 2025.

BAHIA. Secretário de Educação. **Plano Estadual de Educação 2016-2026**. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 12 de maio de 2016. Disponível em: <file:///D:/Users/Cliente/Desktop/lei-pee-ba-2016-ok.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2024.

BAHIA. Secretário de Educação. **Portaria nº 249 de 21 de janeiro de 2014**. 2014a. Dispõe sobre a implantação, organização e funcionamento do Programa de Educação Integral em unidades escolares da Rede Pública Estadual. Disponível em: https://ingresso.ufba.br/sites/ingresso.ufba.br/files/portaria_985.2020.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

BAHIA. Secretário de Educação. **Programa de Educação Integral (ProEi)**. Da ampliação do tempo e do currículo escolar à formação humana integral. Compromisso 03. Salvador, 2014b. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/proei1>. Acesso em: 22 de jan. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições 70, 2020.

BRASIL. Presidente da República. Casa Civil. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 mar. 2025.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 Esp., p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100>. Acesso em: 01 set. 2025.

GUARÁ, Isa. É imprescindível educar integralmente. **Cadernos CENPEC**, n. 2, 2006. Disponível em <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/168>. Acesso em 16 dez. 2024.

MOLL, Jaqueline et al. Escola pública brasileira e educação integral: desafios e possibilidades. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.18, n. 4, p. 2095-2111, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/50985>. DOI: 10.23925/1809-3876.2020v18i4p2095-2111. Acesso em: 28 ago. 2025.

REIS, Diana. Organização Curricular na Educação Integral em Tempo Integral. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 470-500, jan. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762022000100470&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 set. 2025.

SAVIANI, Dermeval. A concepção histórico-crítica de currículo. **Revista Debates em Educação**, n. 16, n. 38, p. 1-17, 2024. Doi: 10.28998/2175-6600.2024v16n38pe17823. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/17823>. Acesso em: 01 set. 2025.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando; PIRES, Virgínia. **Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concurso**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

TAMASO, Marta; HORVATH, Marília. Ciência e Pesquisa – Distinção entre ciência, metodologia e métodos. Metodologia e Cientificidade. **Revista Foco**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/1233>. Acesso em: 2 set. 2025.

Notas

ⁱ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do País que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e

municipal. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional/o-ibge.html>. Acesso em: 22 fev. 2025.

ⁱⁱ Optamos por colocar as falas dos informantes em itálico para que elas se diferenciasssem das citações diretas dos demais autores apresentados no texto; e em negrito, os pseudônimos dos entrevistados.

ⁱⁱⁱ Núcleo Territorial de Educação (NTE 20) é uma instituição pública ligada à Secretaria Estadual da Educação da Bahia que atua no território de identidade Sudoeste Baiano.

Sobre os autores

Leandro Santos Prado

Doutorando em Educação pelo PPGEd/UESB. Mestre em Educação pelo PPGEd/UESB. Licenciado em História. Professor da Educação Básica.

E-mail: leandroconquista.1508@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0880-7026>

Ennia Débora Passos Braga Pires

Doutora em Educação (UNICAMP). Docente do PPGED/UESB. Líder do Grupo de Pesquisa LUDIPPE/UESB.

E-mail: enniadebora@uesb.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3924-4996>

Hilheno Oliveira Miranda

Doutorando em Educação pelo PPGEd/UESB. Mestre em Educação pelo PPGEd/UESB.

E-mail: hilheno@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1871-1065>

Recebido em: 25/03/2025

Aceito para publicação em: 10/09/2025